



## FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

**NOME/RAZÃO SOCIAL: - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP**

- ( ) agente econômico  
( ) consumidor ou usuário

- (X) representante órgão de classe ou associação  
( ) representante de instituição governamental  
( ) representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Art. 1º, p.u.	No que couber, as normas desta Resolução podem ser aplicadas a outros procedimentos, por analogia, desde que não restrinja direitos do agente regulado.	Em linha com os princípios aplicáveis aos processos administrativos, o objetivo da aplicação análoga da resolução deve se dar de forma a não prejudicar direitos dos agentes regulados.
Art. 2º	Todos os atos de comunicação do processo serão feitos da seguinte forma: I – A intimação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mediante envio de e-mail ao autuado no endereço eletrônico previamente cadastrado para os fins do SEI, em até quarenta e oito horas, após a certificação do recebimento; II – A citação ou a intimação pelo Correio com aviso de recebimento; ou III – A citação ou a intimação pessoalmente, ao próprio autuado ou ao seu representante legal ou preposto que responda pelo gerenciamento do negócio, quando lavrado o auto no local da ocorrência.	Para maior transparência e segurança jurídica dos administrados, faz-se necessário detalhar os procedimentos para a comunicação dos atos dentro dos processos, diferenciando-se, inclusive, os regimes de citação e intimação.
Art. 2º, § 1º	Frustradas todas as tentativas de comunicação nas formas previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a ciência ao autuado será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União.	Alteração em linha com os itens 23 a 26 do parecer 00768/2019/PFANP/PGF/AGU.

Art. 4º	Os vícios processuais meramente formais do auto de infração são passíveis de convalidação em qualquer fase do processo, quando não representarem prejuízo ao direito de defesa do autuado.	Hipóteses de incompetência absoluta não devem ser convalidadas ao longo do processo.
Art. 6º	O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à ciência pelo autuado do auto de infração.	Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis, especialmente no que se refere às alegações finais, cujo prazo é de 05 dias.
Inclusão - Art. 6º-A	Quando o vencimento ocorrer em feriado ou em dias úteis em que não haja expediente integral na ANP, o prazo para a apresentação da defesa prorrogar-se-á, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.	A fim de dar mais segurança jurídica e transparência aos agentes regulados, faz-se necessária a determinação de como se conta o vencimento do prazo.
Inclusão - Art. 8º, p.u.	Parágrafo único: Quando a intimação se der através do SEI, a ANP deverá conceder ao autuado o acesso imediato aos processos em sua integralidade.	Tendo em vista que já recebemos intimações sem ter acesso integral ao processo no SEI, sugiro que isso seja o padrão da Agência para não perdermos dias sem cópia dos autos.
Art. 9º	Recebida a defesa, uma vez verificada a necessidade de esclarecimento imprescindível à decisão ou de coleta de elementos de prova, a unidade organizacional avaliará a pertinência das diligências e das provas requeridas pelo autuado.	Esgotar a possibilidade de produção de provas, permitindo a adequada instrução do processo, antes da análise dos fatos e do mérito.
Inclusão - Art. 10	Art.10. Após a produção das provas, se houver, a unidade organizacional responsável pela instrução do processo deverá elaborar despacho de instrução, que conterá: I - a verificação do atendimento das formalidades estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999; II - a análise técnica e jurídica do fato a que se refere a autuação, do enquadramento da infração imputada, da adequação da penalidade indicada no auto de infração e eventuais outras a que está sujeito em caso de condenação; III - A análise das provas e dos argumentos técnicos e jurídicos apresentados na defesa do autuado; e IV - a indicação de eventuais antecedentes do agente autuado.	Assegurar a análise das provas e argumentos técnicos, garantindo ao autuado seu direito à ampla defesa.
Art. 11 (anterior: art. 10)	O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da intimação.	Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. Essa necessidade se faz mais importante ao se tratar do prazo para a apresentação de alegações finais.
Art. 12 § 1º (anterior: art. 11)	Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização da diligência.	Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Art. 12 § 2º (anterior: art. 11)	Cumprida a diligência, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis.	Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação.

Art. 13, p.u. (anterior: art. 12)	Parágrafo único. Na hipótese do caput, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis.	Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação.
Inclusão - Art. 14	Os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados, mediante solicitação fundamentada do autuado, e autorização prévia da ANP.	Considerando práticas anteriores, é importante que haja a possibilidade de uma eventual flexibilização para casos de maior complexidade, a fim de garantir o direito de defesa do autuado.
Art. 18 (anterior: art. 16)	A fundamentação apresentará a análise das questões de fato e de direito alegadas ao longo do processo, incluindo as provas produzidas, e a motivação da decisão.	A motivação da decisão deve explicitar, também, a análise das provas produzidas ao longo do processo.
Art. 19 (anterior: art. 17)	A autoridade julgadora observará as orientações de julgamento para proferir sua decisão, na forma do art. 36.	Ajuste de referência.
Art. 20 (anterior: art. 18)	<b>Mudança de parágrafo único para § 1º</b> - O cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização, da ciência desta ou antes da autuação, deverá ser considerado causa de diminuição da pena.	É importante que os esforços do autuado para sanar a não conformidade sejam levados em consideração na gradação da pena.
Inclusão - Art. 20 § 2º	Não será imputada qualquer penalidade ao autuado em caso de denúncia espontânea da infração de obrigação exclusivamente pecuniária. Nesta hipótese, o agente regulado deverá efetuar em até dez dias úteis o pagamento da compensação financeira devida e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela ANP, quando o montante dependa de sua apuração.	Sugere-se um incentivo ao agente regulado para estimular o saneamento antecipado de obrigações não cumpridas no prazo, em benefício da arrecadação e para valorizar a boa-fé do agente regulado.
Art. 21 (anterior: art. 19)	Para fins de agravamento da pena de multa, a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações definitivas relativas à mesma conduta infracional.	Para fins de caracterização de reincidência própria, é necessário que a mesma conduta infracional tenha sido praticada pelo agente regulado. A referência a “mesma atividade regulada” é muito ampla e dá margem a ambiguidades, que podem prejudicar injustamente o agente regulado.
Exclusão - Art. 21 (anterior: art. 19), p. u	<del>Parágrafo único. A autoridade julgadora poderá aplicar percentuais diferenciados de agravamento por antecedentes:</del> <del>I — da mesma natureza; ou</del> <del>III — ocorridos no mesmo estabelecimento ou instalação.</del>	Para fins de caracterização de reincidência própria, é necessário que a mesma conduta infracional tenha sido praticada pelo agente regulado. A referência a “mesma atividade regulada” é muito ampla e dá margem a ambiguidades, que podem prejudicar injustamente o agente regulado.
Art. 22 (anterior: art. 20), p.u.	Parágrafo único. Em caso de alteração do enquadramento, deve ser devolvido ao autuado o prazo de defesa, nos termos do art. 6º, aproveitando-se, no que couber, as provas já produzidas, sem prejuízo da produção de outras provas, caso aplicável.	As alterações foram realizadas a fim de garantir o efetivo exercício da ampla defesa pelo autuado.
Art. 25 (anterior: art. 23)	Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias úteis contados da intimação da decisão, observado o disposto no art. 14.	Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. Além

		disso, fazemos referência ao novo artigo 14, que trata da prorrogação dos prazos, mediante solicitação fundamentada do autuado.
Art. 26 (anterior: art. 24), p.u.	Parágrafo único. Entende-se por recurso parcial da decisão o que se insurgir contra apenas uma ou mais condutas infracionais que compõem o somatório das multas aplicadas ou apenas contra a penalidade não pecuniária.	Sugestão de ajuste na redação para melhoria na compreensão da cláusula.
Inclusão - Art. 27 (anterior: art. 24), p.u.	Inclusão: Parágrafo único. O recurso terá efeito suspensivo.	O efeito suspensivo do recurso administrativo traz mais segurança jurídica ao autuado quanto ao pagamento de eventual penalidade que persista após análise de reconsideração e decisão de segunda instância.
Art. 28 (anterior: art. 25), § 2º	Havendo irregularidade formal sanável, o recorrente deverá ser intimado pela unidade organizacional para a regularização, no prazo de cinco dias úteis contados da intimação.	Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Inclusão – Art. 30 (anterior: art. 28)	A incidência de encargos moratórios legais sobre o valor da multa começa a fluir a partir do recebimento da notificação pelo autuado da decisão de segunda instância.	A incidência de encargos moratórios legais deve ocorrer somente após a conclusão do processo administrativo.
Art. 32 (anterior: art. 29)	Inclusão: VI – análise das provas e dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados pelo autuado no recurso administrativo;	Os argumentos apresentados pelo autuado no recurso devem ser considerados para a análise em segunda instância do processo.
Art. 34 (anterior: art. 31)	O conteúdo dos processos administrativos sancionadores da ANP é público, cabendo à unidade organizacional restringir o acesso somente nos casos previstos na legislação em vigor ou mediante requerimento de sigilo fundamentado do autuado à ANP.	Certos processos podem conter dados ou informações sensíveis, sendo importante haver a possibilidade de ser requerido o seu sigilo.
Art. 37 (anterior: art. 34)	Cada unidade organizacional da ANP que realizar o julgamento de processos sancionadores, no intuito de uniformizar o entendimento dos julgadores ou orientar os trabalhos do setor, poderá propor orientações de julgamento sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP.	Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.
Art. 37 (anterior: art. 34), § 1º	As orientações de julgamento aprovadas pela Diretoria da ANP serão aplicáveis à unidade organizacional que as aprovou e serão publicadas no site da ANP na Internet.	Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.
Art. 37 (anterior: art. 34), § 3º	A orientação de julgamento poderá ser proposta por qualquer servidor, que deverá apresentar o texto sugerido e sua justificativa ao gestor da unidade organizacional, que, em caso de aprovação pela Diretoria da ANP, comunicará aos membros da unidade.	Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.
Art. 39 (anterior: art. 36)	As unidades organizacionais deverão converter em orientações de julgamento, no prazo de cento e oitenta dias corridos, as notas técnicas, os despachos, as instruções e as demais diretrizes para a instrução e o julgamento de processos sancionadores que estejam em vigor, sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP.	Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.

Inclusão – Art. 40	Na contagem de prazo em dias computar-se-ão somente os dias úteis.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018 <sup>1</sup> , sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Inclusão – Art. 41	Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.	Acompanhando a evolução do direito processual civil (artigo 220 do CPC) e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a suspensão do prazo no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

**Obs.:** Considerando que houve necessidade de reordenar a numeração, colocamos entre parêntesis a numeração antiga para facilitar a localização.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *consultaprocessosancionador@anp.gov.br* ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.

---

<sup>1</sup> Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro. Projeto já aprovado no Senado.